



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0003344-58.2022.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA TÉCNICA E DE PAGAMENTO - COTEP

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 14/2023 – Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de passagens aéreas.

**DESPACHO Nº 630 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Coordenadoria Técnica e de Pagamento - COTEP, visando à contratação de serviço de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas, compreendendo os serviços de cotação, reservas, marcação, remarcação, emissão, cancelamento, para trechos nacionais e internacionais, por meio de atendimento remoto (sistema de cotação e reserva online, e-mail e telefone), para o período de 12 (doze) meses ([0939608](#)).

Conforme informações do caderno processual, observa-se que já houve a deflagração de um primeiro procedimento licitatório que restou fracassado (evento n. [1000328](#)), tendo em vista que nenhuma das licitantes chegou ao desconto mínimo de 13,47% previsto em edital, havendo no ato de homologação do certame a opção da unidade demandante em realizar novo pregão remodelando os termos da contratação (eventos n. [0999919](#) e n. [1000440](#)).

Reiniciaram-se todos os trâmites procedimentais realizando-se novos estudos e modulações da contratação com o objetivo de mitigar os riscos e nova frustração do certame. Para tanto, o feito foi instruído com novas peças (ICVEC [1003361](#), ETP [1003408](#) e TR [1003410](#)) com o objetivo de contratar o objeto pretendido, sendo autorizada a deflagração de novo certame ([1006755](#)), publicando-se novo edital ([1003361](#)) até adjudicação do objeto à vencedora.

Após a publicação do edital do certame ([1010194](#)), houve dois pedidos de esclarecimento, ambos devidamente respondidos pelo pregoeiro nos termos dos eventos n. [1015285](#) e [1015286](#). Não houve impugnação ao edital.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Para instrução do processo, o pregoeiro trouxe os seguintes documentos: relatório de propostas (1015288), ata do certame ([1016282](#)), resultado por fornecedor ([1016289](#)), termo de adjudicação ([1016290](#)) e comprovante de publicação do resultado no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral ([1017414](#)). Por fim juntou o Relatório n. 36/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC (1016298) expondo as principais ocorrências do certame, e encaminhou os autos à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise (1016350).

Cumpridas as fases de julgamento da proposta e de habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame a SATGURU VIAGENS LTDA, CNPJ 36.063.106/0001-81, com desconto ofertado de 12,45%, valor líquido de R\$ 337.248,72. Não havendo registro de intenção de recurso, o Pregoeiro adjudicou o objeto à vencedora, conforme evento [1016290](#).

Analisando o procedimento licitatório, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([1016290](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 ([1016601](#)).

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à homologação do Pregão Eletrônico nº 14/2023 (1016282).

Depois de analisar os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado ([1016601](#)), constata-se que foram obedecidos os procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Dessa forma, observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([1016282](#)).

É importante registrar que, tramita neste Tribunal o **PSEI n. 0000957-36.2023.6.22.8000**, cujo **objeto é o mesmo tratado nestes autos**, ou seja, a contratação de agência de fornecimento de passagens aéreas, diferenciando-se dos presentes autos por tratar-se de contratação em caráter temporário/emergencial. Contudo, como registrado, ambos visam satisfazer a mesma necessidade desta Administração.

A contratação em caráter emergencial visava a continuidade do serviço imprescindível à Administração, cobrindo eventuais despesas necessárias e inadiáveis caso a operacionalização do pregão para



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contratação ordinária, tratada nestes autos, não se concluisse em tempo hábil. De modo que, eventual solução de continuidade na prestação dos serviços colocava em xeque o exercício das funções precípuas deste Tribunal. Todavia, verifica-se que todo o procedimento para contratação ordinária transcorreu de forma célere, concluindo-se concomitantemente ao referido processo que visava a contratação em caráter emergencial.

Registra-se que, embora inexistia expressa vedação legal, **a priori, não se admite a coexistência de dois contratos para o mesmo objeto**, pois o objeto da licitação deve ser executado apenas por uma única empresa - a vencedora do certame, exceto nos casos específicos autorizados pela própria legislação, a exemplo de consórcio, onde duas ou mais empresas se associam para a EXECUÇÃO do objeto, mas, de qualquer forma, a contratação é celebrada entre a Administração Pública e o Consórcio.

Some-se a isso, que a coexistência de duas contratações para o mesmo objeto, pode levar ao **enquadramento como parcelamento irregular da despesa (fracionamento)**, sujeitando os gestores a sanções dos órgãos de controle, tendo em vista fuga de um procedimento de contratação com maior nível de controle, para um menos rigoroso, colocando a Administração em risco, vez que é possível contratar a demanda de uma única vez.

Além disso, nos termos constantes da Cláusula Terceira da minuta de contrato juntado ao evento n. [1008765](#), já se pode aferir que a vigência da contratação ordinária ser dará a partir da assinatura das partes contratantes via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO pelo período de 12 (doze) meses. Assim, **o contrato terá vigência imediata**, já dando continuidade à prestação dos serviços contratados, satisfazendo as necessidades desta Administração, já **contemplando o período de vigência da eventual contratação emergencial**.

**Não verifico, também, a existência ou manutenção de situação a autorizar a continuidade do processamento da contratação emergencial**, tendo em vista que não há informação de fracasso na licitação para contratação em caráter ordinário ou, sendo exitosa, não se verifica a rescisão contratual, nem mesmo dados de que a vencedora perdeu as condições para contratação, ou ainda que os quantitativos a serem contratados se esgotarão antes do final do exercício da nova contratação.

Dessa forma, faz-se necessário **sobrestar o processamento** do procedimento emergencial (**PSEI n. 0000957-36.2023.6.22.8000**), até o deslinde da contratação mediante a assinatura do



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contrato com a vencedora deste certame licitatório, momento em que o feito emergencial deverá ser extinto mediante análise da Secretaria de Gestão de Pessoas, passando a vigorar, tão somente a contratação materializada nos presentes autos, operacionalizada mediante licitação pública.

Contudo, todas as circunstâncias envolvendo a análise da garantia da continuidade da prestação do serviço contratado deverá ser analisada pela unidade demandante que figura, de praxe, como gestora e fiscal desse tipo de contrato, tendo em vista a necessidade de não haver qualquer período de interrupção na prestação dos serviços, colocando em risco o exercício das funções precípuas deste Tribunal.

Nesses termos, com fulcro no art. 1º, inciso V, da Portaria GP n. 66/2018, **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO N. 14/2023**, com fundamento no art. 4º, inciso XXII, da Lei n. 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([1016290](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à **ASLIC** para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Determino o envio dos autos à Secretaria de Gestão de Pessoas para, com a urgência que o caso requer, se pronunciar acerca do processamento do **PSEI n. 0000957-36.2023.6.22.8000, que trata da contratação emergencial** dos serviços de agenciamento de viagens para fornecimento de passagens aéreas a este Tribunal.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para, com a urgência, dar continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 02/06/2023, às 17:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1017831** e o código CRC **ED94F4D0**.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos